

Educação no Campo e as Políticas Públicas Educacionais: o problema de uma comunidade ribeirinha no município de Parintins-AM.

Ana Patrícia de Souza Azevedo¹

Raimundo Vitor Ramos Pontes²

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM – Campus Parintins/ Estr. Odovaldo Novo, S/N - Aninga/Parananema, Parintins - AM, 69152-470*.

(patydesouzaazevedo@gmail.com)

2. Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia - ICSEZ. Estrada Parintins Macurany, 1805 Jacareacanga 69152450 - Parintins, AM – Brasil*.

(vitorpontes64@gmail.com)

Resumo

Este trabalho é fruto da experiência de uma professora numa comunidade ribeirinha no município de Parintins-AM, e apresenta reflexões a respeito da realidade da mesma, descrevendo elementos observados com recorte para a educação escolar como direito básico das pessoas que formam essa comunidade, fazendo referência às políticas públicas educacionais voltadas para Educação do Campo. A descrição das dificuldades enfrentadas por esses sujeitos coletivos, e de como seus direitos fundamentais estão sendo ofertados pelo poder público, sobretudo, os direitos educacionais. O trabalho é consequente de pesquisa aplicada, fruto dos experimentos vivenciados no campo de observação, principalmente, as experiências e informações do processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos da pesquisa. O estudo desenvolveu-se por meio da abordagem qualitativa, com base de uma pesquisa que aconteceu na comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Paraná do Limão de Baixo/Parintins-AM. Utilizou-se o procedimento da entrevista semiestruturada, realizada com dois moradores mais antigos, três pais de alunos e o coordenador da comunidade. A pesquisa fundamentou-se nos estudos de Goldenberg (2004); Malagodi (1988); Lüdke e André (1986); Brandão (2007); Vasconcelos (2017), dentre outros. Como resultado da pesquisa, as falas dos sujeitos e as observações realizadas apontaram para questões como a ausência dos órgãos responsáveis na comunidade que acarreta consequências como condições precárias da escola, condições arriscadas do transporte escolar, e a organização multisseriada como sinônimo de não qualidade no processo de ensino-aprendizagem dos alunos da comunidade.

Palavras-Chave: educação no campo, políticas públicas educacionais, processo de ensino-aprendizagem.

¹ Licenciada em Pedagogia (ICSEZ - Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia); Especialista em Docência Superior (Faculdade Unyleya); Pós-graduanda em Gestão Pública (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM – Campus Parintins/AM).

² Orientador/Graduado em Administração, Especialista em Educação, Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (2010), Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (2018). Atualmente é professor da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Administração, Desenvolvimento Regional com ênfase em Análise de cadeia produtiva e Ciências do ambiente (área de ecossistemas e várzeas, mercado e agricultura familiar na Amazônia)

Abstract

This work is fruit of a teacher's experience in a riverine community in the municipal district of Parintins-AM, and it presents reflections regarding the reality of the same, describing elements observed with cutting for the school education as basic right of the people that they form that community, making reference to the education public politics returned for Education of the Field. The description of the difficulties faced by those collective subjects, and of as their fundamental rights are being presented by the public power, above all, the education rights. The work is consequent of applied research, fruit of the experiments lived in the observation field, mainly, the experiences and information of the process of teaching-learning of the subject of the research. The study grew through the qualitative approach, with base of a research that happened in Our community Mrs. of Nazareth from Paraná of the Lemon of Baixo/Parintins-AM. the procedure of the interview semiestruturada was Used, accomplished with two older residents, three parents of students and the community's coordinator. The research was based in the studies of Goldenberg (2004); Malagodi (1988); Lüdke and André (1986); Brandão (2007); Vasconcelos (2017), among others. As a result of the research, the speeches of the subjects and the accomplished observations appeared for subjects as the absence of the responsible organs in the community that carts consequences as precarious conditions of the school, risky conditions of the school transport, and the organization multisseriada as synonym of no quality in the process of the community's students' teaching-learning.

Key-words: education in the field, education public politics, teaching-learning process.

1.INTRODUÇÃO

O município de Parintins está localizado no Estado do Amazonas no norte do Brasil, é conhecido mundialmente por sua forte expressão cultural projetada por meio do “Festival Folclórico dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso”. O festival teve e tem uma função basal para o reconhecimento social do talento artístico do povo parintinense, minimizando a visão individualista, preconceituosa e equivocada difundida pela mídia, por se tratar de uma cidade do norte do país com linhagens indígenas.

Não que ser ou ter traços indígenas seja um problema, Parintins se orgulha de suas matrizes indígenas e sua cultura, expressando esse orgulho de ser amazônica por meio de sua arte popular. Muitos parintinenses sobrevivem da pesca, extração de madeiras, comércio de variedades em geral, plantações diversas e da criação bovina, suína, aves, entre outros.

O município é rodeado de comunidades rurais que fazem parte do movimento econômico do município, o meio de transporte principal da cidade é o rabeta³, o barco, canoa, entre outros de características fluviais em sua grande parte, pois, por ser considerada uma ilha é por meio dos seus rios que é mais comum o tráfego das pessoas, que precisam ir e vir para a sede do município, ou até mesmo para outras localidades.

As comunidades ribeirinhas são a extensão do município, pois é delas que muitos alimentos são disponibilizados para as pessoas que moram na sede, porém, as plantações e qualquer outro tipo de trabalho dos ribeirinhos são geralmente de pequeno porte, mas isso não deixa de movimentar a economia do município e por isso é de grande importância.

³ Meio de transporte feito de tronco de árvores que precisa de um motor de poupa, muito utilizados no meio fluvial na região amazônica.

E em relação à educação escolar dessas comunidades, a situação aponta para uma questão bem delicada na oferta desse serviço público. Diante disso, esse trabalho discute as políticas públicas educacionais em educação do campo na comunidade Nossa Senhora de Nazaré, descrevendo a realidade educacional, e considerando como o poder público está garantido o direito educacional a essas pessoas?

Esse trabalho é relevante para a sociedade em geral, uma vez que apresenta informações e reflexões autênticas de uma realidade de desamparo educacional de Educação do Campo, o qual poderá contribuir para o debate em torno da problemática que envolve essa área de ensino, bem como, pode vir a servir de subsídio para re(formulação) das políticas públicas educacionais da Educação do Campo não somente para região norte.

Quando é observada a realidade da comunidade pesquisada nos deparamos com a precariedade do processo de ensino-aprendizagem na escola ribeirinha, com isso, vem à tona a questão dos direitos que essas pessoas contêm. Diante disso, a precarização da estrutura física da escola, do processo de ensino-aprendizagem e da condição do transporte escolar da comunidade ribeirinha é revelada.

Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo descrever a realidade da educação escolar da comunidade Nossa Senhora de Nazaré, frente as políticas públicas educacionais, analisar a estrutura física da escola, assim como, os princípios fundamentais para seu funcionamento, e refletir o processo ensino-aprendizagem da escola pesquisada.

Em busca de alcançar os objetivos traçados, empregamos a seguinte metodologia, como método e forma de abordagem qualitativa e materialismo histórico dialético, como instrumentos a observação participante e descritiva, e como procedimento adotado para a coleta de dados usamos a entrevista semi-estruturada realizada com os sujeitos da pesquisa.

Muitas realidades educacionais passam despercebidas por nós, que dependendo da localização geográfica das pessoas, são realidades desconhecidas por muitos ou camufladas, e quando nos deparamos com a realidade de uma comunidade ribeirinha, por exemplo, muitas vezes não queremos acreditar que, a educação escolar como serviço público está sendo ofertado de forma tão insuficiente para algumas pessoas.

Portanto, é imperativo debater a importância das Políticas Públicas Educacionais para a Educação do Campo, no sentido de assinalar sua efetivação e compreender qual sua contribuição para a qualidade da vida dos sujeitos envolvidos, no sentido de garantir uma educação escolar que seja capaz de possibilitar que essas pessoas sejam agentes transformadores de sua própria realidade, atuantes na sociedade da qual fazem parte.

2. MÉTODO

Por ser uma pesquisa que surgiu a partir de observações de uma realidade composta do fenômeno socialmente construído, a mesma foi procedida da abordagem qualitativa, uma vez que, a mesma possibilita um maior contato com os dados, permitindo uma compreensão e interpretação mais fiel dos fatos. Que segundo Goldenberg (2004, p.47):

Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.

Portanto, essa pesquisa buscou a não neutralidade por parte do pesquisador, tendo este apoio teórico para a coleta e tratamento dos dados da pesquisa, que proporcionou a possibilidade de esclarecimento e compreensão das dificuldades sobre o problema em questão por meio de análises.

O estudo foi desenvolvido através o método Materialismo Histórico Dialético, pois, o mesmo permite que alcance informações necessárias para uma maior afinidade com o assunto em questão, encontrando assim respostas plausíveis para nossos questionamentos. Perante as afirmações de Malagodi (1988, p.72) quando diz que:

A percepção que o materialista dialético tem da realidade efetiva expressa uma “carência” (isto é, algo que falta) e uma riqueza não posta (algo que está por vir), e face a esse movimento não pode limitar-se a olhar “objetivamente” o movimento, porque o indivíduo vive no interior da sociedade.

É importante trazer esse conhecimento para discussão, para que as pessoas tenham o conhecimento das contradições e desigualdades que são frutos da exclusão social. Muitas realidades são ocultadas, fato esse que passa uma falsa impressão da condição de vida de muitas pessoas, e temos a ilusão de que está tudo correto com todos.

A pesquisa realizada em uma comunidade ribeirinha do município de Parintins-AM teve como foco a política pública educacional em Educação do Campo, com o recorte a partir da realidade de uma escola pública municipal com atuação de classe multisseriada, no qual o critério de escolha da mesma foi fazer parte do contexto educacional no período 2017-2018.

O objeto da pesquisa é a educação escolar como serviço público ofertado para a população do campo. Como sujeitos da pesquisa: dois (2) moradores mais antigos da comunidade, três (3) pais de alunos e o coordenador da comunidade, os mesmos são identificados pelas letras A, B, C, D e E, exceto o coordenador que será identificado como coordenador da comunidade. Como instrumentos para a coleta de dados utilizamos:

- ✓ A observação participante, pois como destaca Appolinário (2009):

[...] *observação participante*: é aquela na qual o pesquisador, enquanto observa e registra, interage com os sujeitos envolvidos. Essa modalidade de observação possibilita ao pesquisador experimentar os eventos “por dentro”, como se fosse um dos sujeitos. (2009, p.135):

- ✓ Utilizamos também a entrevista Semi-estruturada, que como observa Lüdke e André (1986, p.34):

[...] a entrevista semi-estruturada, que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações. [...] as informações que se quer obter, e os informantes que se quer contatar, [...] são mais convenientemente abordáveis através de um instrumento mais flexível.

- ✓ Fizemos ainda o uso da etnografia, da análise documental, bem como os registros fotográficos e/ou audiovisuais, tudo com o consentimento dos sujeitos da pesquisa realizado por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Consideramos que, a atenção, o cuidado e a seriedade da pesquisa foram pontuais na escolha dos instrumentos de coleta de dados, no sentido da importância para dar segurança e tranquilidade aos participantes no processo de coleta dos dados. E assim, tendo e oferecendo todo o respeito atento com os sujeitos durante toda pesquisa.

Inicialmente, procedemos com o estudo bibliográfico, para verificação das produções que existem a respeito do assunto. Em seguida, realizamos uma pesquisa exploratória na Escola Municipal “Nossa Senhora de Nazaré” localizada na comunidade do mesmo nome no Paraná do Limão de Baixo, que é uma das escolas ribeirinhas no município de Parintins/AM.

Dando sequência à pesquisa, discutindo os dados coletados de acordo com as entrevistas dos sujeitos da pesquisa de campo, e fazendo as observações coerentes à análise dos mesmos por meio da mediação entre os subsídios contribuintes e o arcabouço teórico estudado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES: EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO DIREITO

Entender que a educação é um direito de cada cidadão é necessário, pois, “a Constituição de 1988 [...] coloca a educação como um direito social e dever do Estado, sem, é claro, excluir a família desta responsabilidade. Assim entendida, a educação assume a mesma importância que o trabalho, a saúde, o lazer, a segurança [...] direitos de natureza vital à vida em sociedade” (PACHECO, 2009 p.26).

Dessa forma, “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições de acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, [...] IV - gratuidade de ensino público [...]” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988, capítulo III – Art.205).

A educação escolar é um direito, conforme a Lei nº 9.394/96, direito esse que é necessário para a vida social, mas, não pode ser melhor para algumas pessoas e duvidosa para outras. De tal modo que, “a universalização e a de oportunidades melhoria da qualidade de ensino, a elevação da escolaridade, a preparação tecnológica e a formação geral [...] são fundamentais para toda a sociedade, especialmente quando se tem em vista, no mínimo, a garantia de igualdades [...]” (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2011, p.114).

Os dispositivos legais garantem esse direito, sobretudo, “[...] em uma sociedade de conhecimento e de aprendizagem, é preciso dotar os sujeitos sociais de competências e habilidades para a participação na vida social, econômica e cultural, a fim de não ensejar novas formas de divisão social, mas a construção de uma sociedade democrática [...]” (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2011, p.114).

Nesse sentido, analisando as falas dos sujeitos da pesquisa sobre os direitos educacionais de seus filhos, quando perguntados como compreendem a qualidade da educação escolar de seus filhos na comunidade. Eles expressam seus desgostos de forma muito verdadeira.

Com a palavra os sujeitos (2018, pesquisa de campo):

Entrevistado “A”, tem 51 anos, é agricultora, ensino fundamental incompleto, não estudou na comunidade e reside na comunidade, tem dois filhos que estudam na comunidade: *“Ela é lenta, ela é fraca, precisa mais de incentivo dos nossos administradores, dos nossos governantes, para seguir em frente, porque está acabando com nossa comunidade, por causa de incentivo dos nossos governantes né!”*

Entrevistado “B”, tem 35 anos, é agricultor, ensino fundamental incompleto, estudou na comunidade e reside na comunidade, tem dois filhos que estudam na comunidade: *“Falta um bocado de coisa né? que nem tudo na vida é perfeito, nem tudo tá perfeito, mas, a gente...diz o coisa, a gente aceita aquilo que tem né?”*

porque a gente é sujeito a outras pessoas né? como os nossos dirigentes, nossos governantes né? a gente é sujeitos a eles, então, o que eles nos propõem, é o que a gente tem, é o que a gente tem, porque mudança a gente precisa de muitas né?

Entrevistado “C”, tem 38 anos, é agricultora, ensino fundamental incompleto, estudou na comunidade e reside na comunidade, tem dois filhos que estudam na comunidade: *“É meio....de vagar né! mas, que eles estão aprendendo, aprendem muito pouco,a, meio difícil né! não sei porquenão procede a aula assim direito né, bom, porque uns aprendem e outros não, não sei porque fica assim.”*

Entrevistado “D”, tem 74 anos, é agricultor, ensino fundamental incompleto, reside na comunidade, seus filhos estudaram na comunidade: *“A nossa comunidade é uma comunidade esquecida mesmo, no negócio de de governo de... de tudo, não tem, porque o nosso governo, o governo lá não tá sabendo, quem manda aqui é o nosso prefeito né? os nossos,...quem são os fiscais...mas tão lá...não tão nem...nem, nunca vieram aqui, que é os vereados né! porque que tão...eu sempre digo assim...é mesmo que ser esse negocio de deputado, quantos deputado não tem? Pra fazer o que?...briga por causa do direito deles mas, o nosso é esquecido né? é a mesma coisa...é aqui vereador, vereador é o que? quinze vereador né? ou é treze!, eu não sei, pra fazer o que?[...] temos tanta gente que pode falar pela gente...mas não existe...só é pra ganhar o dinheiro. Porque tudo se nós temos aqui dentro da nossa comunidade é com esforço dos comunitários mermo.*

Entrevistado “E”, 36 anos de idade, estudou na comunidade, reside na comunidade, ensino médio completo, é coordenador (a) da comunidade: *“[...] a prefeitura municipal ela num..a única partida que ela dá é só mesmo o professor, o transporte e a merenda escolar e mesmo assim, não é cem por cento pra agradar... principalmente as crianças né? e os pais de alunos, tanto nós como comunitários né!... a gente já sabe que precisa melhorar cada vez mais, e isso o município deixa muito a desejar...”*

De acordo com as falas dos sujeitos da pesquisa um dos pontos mais marcantes, quando questionados, a ausência do poder público foi à questão mais enfatizada. Portanto, “[...] o acesso é, certamente, a porta inicial para o processo de democratização, mas torna-se necessário também garantir que todos que ingressam na escola tenham condições para nela permanecerem com sucesso [...]”. (GRACINDO, 2009, p.31)

Portanto, “[...] do ponto de vista de quem controla muitas vezes definir a educação e legislar sobre ela implica justamente ocultar a destes interesses, ou seja, a realidade de que eles servem a grupos, a classes sociais determinadas, e não tanto “a todos”, “à Nação”, “aos brasileiros””. (BRANDÃO, 2007, p.59)

3.1POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL X EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo em sua trajetória histórica é marcada por acontecimentos que, destacam princípios fundamentais para sua solidificação. Os documentos que apontam a efetivação

da Educação do Campo como direito educacional, como destacamos abaixo alguns que o Ministério da Educação reconhece como direito dos povos do campo à educação escolar:

- ✓ PARECER Nº 36, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2001;
- ✓ RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 03 DE ABRIL DE 2002;
- ✓ PARECER CNE/CEB Nº 1, DE 02 FEVEREIRO DE 2006;
- ✓ PARECER CNE/CEB Nº 3, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2008;
- ✓ RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008;
- ✓ LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009;
- ✓ DECRETO Nº 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009;
- ✓ DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010;

O Ministério da Educação sinaliza esses marcos importantes e fundamentais para que a Educação do Campo aconteça como direito dos sujeitos do campo, e que representam o resultado de muitas lutas de movimentos sociais que buscaram e buscam seus direitos que são ausentes para muitos, assim, “um marco na consolidação da educação do Campo é a instituição do Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.” (BRASIL, 2012, p.6)

Esse decreto aponta princípios importantes para educação do campo, “tais como o respeito à diversidade, a formulação de projetos políticos pedagógicos específicos, o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação e a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.” (BRASIL, 2012, p.6), esses são assuntos que podem auxiliar a concretização de uma educação do campo como direito.

No entanto, o conteúdo desse decreto enfatiza claramente os princípios corretos para uma Educação do Campo apropriada, mas, não podemos deixar de observar a realidade das comunidades ao nosso redor, e refletir a respeito da seriedade desses princípios legais que fundamentam a Educação do Campo, contudo, questionar como os direitos educacionais dos sujeitos do campo estão de fato ocorrendo.

As comunidades são muitas, não podemos comparar e nem tanto generalizar, porém, quando temos a oportunidade de conviver com sujeitos de uma dessas comunidades temos a realidade sem disfarce. Então, não temos como fugir do pensamento de que essas pessoas estão esquecidas pelo poder público, mas não podemos aceitar essa realidade de exclusão social.

A mudança da realidade da Educação do Campo almeja possibilidades de respeito às pessoas do campo, que tem suas particularidades e essas precisam ser respeitadas e reconhecidas por todos. “A orientação estabelecida por essas diretrizes, no que se refere às responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar sob a ótica do direito, implica o respeito às diferenças e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação [...]”. (BRASIL, 2012, p.7)

No município de Parintins/AM, já temos movimentos para a efetivação dos direitos dos povos do campo da localidade, temos pessoas que estão buscando entender as especificidades das nossas comunidades ribeirinhas, e assim, são realizadas e debatidas com os próprios sujeitos do campo nas rodas de conversas, na tentativa da construção do Projeto Político Pedagógico das escolas do campo de Parintins.

Na figura 1 (um) é possível visualizar o convite para o evento denominado “III Seminário de Educação do Campo e Educação Popular no Contexto Amazônico”, evento que faz parte de uma luta que vem sendo realizada em prol de uma educação do campo como direito.

Figura 1 Convite do III Seminário de Educação do Campo e Educação Popular no Contexto Amazônico.



Fonte: a pesquisadora 2018

Essas pessoas que estão se organizando, lutam por uma Educação do Campo legítima, na carta de apresentação elas se reconhecem como “*um movimento social, de identidade amazônica. Entendemos que a Educação do Campo vai além da educação escolar, envolve vida, o cotidiano, o trabalho, a cultura, os saberes, os desafios, a história, a dignidade humana, as tradições, os conhecimentos dos povos tradicionais da Amazônia*”. (2018, pesquisa de campo)

3.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: CLASSES MULTISSERIADAS X O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.

A palavra *precário* refere-se ao insuficiente (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2017), ou seja, nos dá a ideia de um ensino ineficaz para os sujeitos do campo, e que eles refletem a respeito do processo de ensino na comunidade, a pesquisa identificou pontos negativos na fala de um dos entrevistados em relação a forma de organização multisseriada, uma vez que “[...]a precarização das escolas multisseriadas se faz notar por um conjunto de particularidades que comprometem o processo de ensino-aprendizagem [...]” (HAGE org., 2005, p.45)

Chamou-nos atenção à fala desse sujeito, ao expressar sua opinião a respeito do assunto, por mencionar a organização das turmas todas juntas como barreira para um aprendizado de qualidade e, ainda, que não consiga articular sua fala formalmente esse sujeito sinaliza para a multisseriação, esse sujeito investigado expressa a seguinte opinião, (2018, pesquisa de campo):

Entrevistado “C”: “*meio difícil né!...não melhora direito...não sei porque...não procede a aula assim direito, uns aprendem outros não...não sei porque fica assim... eles estudam todos misturados e... fica eu acho que difícil, porque, ou a professora dá aula pra outros menores ou pra eles que são maiores, aí os maiores já começam com o negócio da bagunça aí atrapalha até os pequenos (risos)...mas se Deus quiser eles vão conseguir...*”

O ponto de vista do entrevistado apontado acima faz sentido, e vai de encontro com a ideia de Hage (2005), quando diz que “[...] o acúmulo de funções e de tarefas que assumem nas escolas multisseriadas, dificulta aos professores realizar o atendimento necessário aos estudantes que não dominam a leitura e a escrita [...]”. (org., 2005, p.53)

Assim sendo, as consequências podem ser severas, atrapalhando o andamento do processo ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, “[...] implicando na elevação das taxas de reprovação e defasagem idade série nas turmas. Por outro lado, essa situação se torna problemática [...]” (HAGE org., 2005, p.53)

A educação que está sendo ofertada nas escolas do campo, deve ser objeto de mais atenção do poder público, das secretarias de educação e de todos os repensáveis por esse serviço, levando em consideração os problemas enfrentados por alunos, professores e comunitários. Segundo Hage (2005, p.53) “[...] muitos estudantes ainda são obrigados a abandonar a escola para realizar atividades produtivas, ou acompanhar os pais em atividades de trabalho itinerantes [...], prejudiciais à saúde [...], em face das precárias condições de vida que enfrentam os sujeitos no campo, corroborando para intensificar o fracasso escolar nas escolas multisseriadas.”

Esses pontos apontados por Hage (2005) é uma realidade observada na comunidade investigada, e isso nos preocupa bastante, porque, observamos aí uma precarização de todo o processo de ensino, precarização no sentido que analisando o processo histórico da educação do povo do campo, pois segundo Hage (2005) “[...] essas escolas que historicamente funcionou nas comunidades do interior deste Brasil encontram-se relegadas ao abandono, estigmatizadas pelo nome de escolas isoladas sem perspectivas de mudanças.” (org., p.90)

3.3 CONTEXTO DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DO LIMÃO DE BAIXO

A comunidade “Nossa Senhora de Nazaré”, no Paraná do Limão de Baixo-Parintins/AM (2°66’66” L e 56°77’72” O), localizada em ecossistema de várzea, no Estado do Amazonas na Região Norte do Brasil. Para se deslocar da sede até à comunidade a viagem dura um tempo de aproximadamente 30 minutos, isso de rabetá (transporte mais comum). Em relação a sua origem da comunidade investigada, tivemos suporte nos depoimentos dos sujeitos averiguados, são dois comunitários mais idosos que residem na comunidade, eles relatam o seguinte (2018, pesquisa de campo):

Entrevistado “D”, tem 74 anos, é agricultor, ensino fundamental incompleto, reside na comunidade, seus filhos estudaram na comunidade: “[...] nós começamos, ...primeiro foi fundado...foi uns daí do Aningá (comunidade rural)...que já até já faleceram, vieram pra cá e o meu tio também que já é falecido..foi..foi..eles que começaram aa...o... fundar a comunidade aí, e o, e o, nosso fundador foi o padre Sócio (padre do município de Parintins) também, padre Sócio e os comunitários que fundaram, isso porque a gente não tinha né aqui, a única comunidade que o, que a gente, a gente, sempre permanecia, mas ficava ruim pra nós, que era ali a Santa Terezinha aí dela a gente resolveu, esse meu tio com uns de lá, e uns membros daqui resolveram a afundar a comunidade (fundar) e de lá, foi tempo que também o padre Sócio também veio dar essa ajuda, deu força aí nós fundamos a comunidade aí, nós já tava uns dez anos de comunidade, foi que começou aí a escola, quem fundou a primeira escola aqui foi o finado do Gláucio (Gláucio Gonçalves – ex-prefeito de Parintins), foi numa gestão dele foi que ele.[...]”

Entrevistado “F”, tem 71 anos, é agricultor, ensino fundamental incompleto, reside na comunidade, seus filhos estudaram na comunidade: “[...]olha o ano, é porque eu pouco gravo essas coisas né, e eu tenho em mente quem fundou essa

comunidade foi o seu Honorato com tio Fortunato, começaram a fazer culto né, reuniões, culto...na época o tio Fortunato já frequentava o Aningá (comunidade), de lá ele achou por bem fazerem um culto para surgirem a comunidade [...]"

A comunidade é composta atualmente por 45 famílias (2018, pesquisa de campo), e é considerada como área de várzea⁴, apresenta características naturais de quedas das terras, por isso, esse conjunto de pessoas trabalham e vive de forma organizada que atenda as peculiaridades desse espaço. É relevante ressaltar que é um lugar bastante rico culturalmente, as pessoas próprias dessas áreas geográficas são chamadas de ribeirinhas⁵.

É bem interessante a forma como as pessoas desse contexto se de adaptam com criatividade às dinâmicas próprias do lugar, como exemplo, podemos citar que as casas são feitas de madeira e suspensas da terra, de forma que quando acontece a elevação das águas (enchente)⁶ eles não precisem se deslocar para a sede ou outro lugar. As famílias usam os sanitários, conhecidos como fossa negra, construídos fora da casa principal, toda em madeira e supensa do chão, podendo ser coberta ou não.

Nessa região temos fenômenos das terras caídas e, de acordo com os moradores mais antigos, cada ano que passa a quantidade de terras vai desaparecendo. É admirável observar como essas pessoas conseguem de maneira muito inteligente e criativa viver e sobreviver com um sistema natural tão complexo como é o deles. Fato esse que, é ignorado por muitos de nós, até mesmo aqui da localidade, e esse desconhecimento é uma das razões pela qual acabamos não valorizando, e não respeitando essas pessoas, como elas merecem.

Figura 2 Comunidade Nossa Senhora de Nazaré localizada no Paraná do Limão de Baixo, município de Parintins/AM.



Fonte: a pesquisadora. (2017)

Geralmente essa quantidade de terra, como podemos notar nas imagens da figura 2, é toda submergida pela água no período da cheia, ficando somente as casas e as copas das árvores visíveis. Com isso, as adaptações necessárias são feitas pelos moradores, mas, eles não reclamam não, dizem até que muita coisa facilita, como por exemplo, alimentação do pescado, etc.

Suas atividades de trabalhos são as plantações de hortaliças como, cheiro-verde⁷ como é conhecido na região, couve-flor, quiabo etc., criação bovina e suína, criação de aves, pesca, fabricação de queijos e a comercialização de leite bovino. Esses trabalhos são desenvolvidos de

⁴Terreno baixo, plano fértil, nas margens de um curso de água.

⁵ Que anda ou vive nas margens dos rios.

⁶ Transbordamento de rios e canais, atingindo Grandes Áreas.

⁷ Porção de salsa e cebolinha fresca, juntas.

forma simples e, são vendidos entre eles mesmos, mas, principalmente nas feiras e mercados de Parintins, no entanto são geradores de seus sustentos e muito estimado por todos.

A atividade mais comum entre eles é o cultivo do cheiro-verde como podemos observar na 3 (três), cada família não tem menos de cinco balcões, que diariamente eles trabalham cuidando, e colhendo, e pelo menos dois dias da semana eles levam uma quantidade para o comércio de Parintins. Essa atividade garante o sustento das famílias, e eles próprios estabelecem uma escala, onde cada família leva seus produtos em determinado dia da semana, de forma que não haja conflitos.

Figura 3 Cultivo do cheiro-verde de uma das famílias da comunidade.



Fonte: a pesquisadora (2018)

Suas atividades com a terra são todas planejadas e executadas de acordo com a oscilação das águas, as criações de animais também, assim, quando acontece esse fenômeno os animais como o gado, por exemplo, são transportados para terrenos de terra firme⁸, aquelas que não são alagadiças. Geralmente esses terrenos são alugados e distantes, esse processo é conhecido na região como a passagem do gado.

A passagem do gado tem data marcada por cada família, eles se ajudam nessa atividade, pois é um processo bem trabalhoso, no entanto, muito aguardado por eles, é um acontecimento no qual eles se dedicam bastante e, aproveitam como um dia de lazer também, cada um já espera o dia que cada família que cria gados, vai fazer essa atividade.

Os meios de transportes utilizados na localidade são os comuns da região amazônica, a canoa, o barco, mas, o mais corriqueiro nessa localidade é o rabeta como é possível observar na figura 4 (quatro), cada família tem no mínimo um, e geralmente todos da família sabem dirigir o transporte, inclusive as crianças e as mulheres da família. É nesse transporte que eles se deslocam tanto na própria comunidade, como, para Parintins, levam seus produtos para venda e tudo mais que for possível fazer, é como se fosse o carro ou a motocicleta, em fim é o transporte deles.

⁸ É uma parte da floresta que não alaga; originada da sedimentação da bacia amazônica no período terciário. Caracterizou-se pelo grande porte das árvores e formação de dossel, isto é, uma compacta e permanente cobertura formada pela copa das árvores.

Figura 4 A rabeta na parte de baixo da imagem e o barco na parte de cima, são os meios de transporte mais comuns nessa localidade.



Fonte: a pesquisadora (2018)

3.4 EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ: *uma realidade de dificuldades enfrentadas por alunos e professor(a)*

Advertimos inicialmente que, a educação escolar é um direito próprio de cada cidadão, e que esse fato independe de qualquer que seja a particularidade de cada pessoa, como garante a LDB 9394/96 no seu Art.5º que sinaliza esse direito de forma muito clara quando expressa que “O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo [...]”.

A educação escolar assim se configura como um dos direitos básicos de toda pessoa, assim como, a alimentação, a moradia e a saúde. Direitos esses que não podem ser ausentes da vida humana, da vida social, da vida individual, e cada pessoa precisa para ter uma vida com qualidade e dignidade.

Sabemos que todos os direitos são importantes e, por isso, formam um conjunto de direitos que favorecem a vida social, sobretudo, o direito educacional das pessoas. Assim, neste trabalho a Educação do Campo é tratada como direito das pessoas do campo, pois, é dessa forma que a educação escolar das comunidades rurais é designada.

Para Vasconcelos (2017) a educação do campo necessita ser mais estudada, de modo que os conhecimentos da população que vive nas comunidades ribeirinhas sejam considerados como contribuição para a construção histórica dessa educação ainda tão excluída socialmente. Portanto:

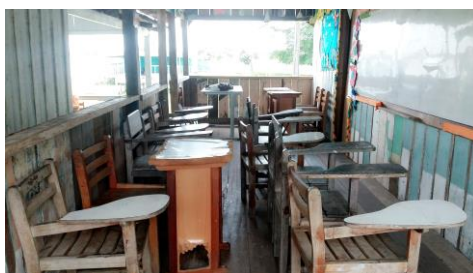
[...] a Educação do Campo ainda está situada nas margens da escrita da História da Educação, carecendo de maiores estudos e preocupações teóricas no campo historiográfico.[...] Registrar e analisar as experiências de participação de sujeitos coletivos é uma das múltiplas formas de contribuir com o avanço de estudos nessa área e evidenciar como ocorre a construção histórica da Educação do Campo nos estados e municípios do país, assim como fazer o enfrentamento à realidade de exclusão social e fortalecer as identidades coletivas e a cultura dos povos do campo, principalmente, neste tempo de globalização, onde as memórias e histórias de movimentos sociais e de organizações populares são negadas, ameaçadas ou invisibilizadas. (2017, p.24),

Não podemos mais nos calar diante de tantas injustiças que vivem as pessoas do campo, se faz necessário conhecermos e respeitar as pessoas do campo. Segundo Caldart (2008, p.150) “a educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da identificação da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no campo.”

Antes de serem do campo, são seres humanos, são pessoas com direitos, pessoas que merecem o mínimo de respeito, que lutam para viverem dignamente. A educação escolar de qualidade é um direito deles; a escola é um direito deles, mas, não qualquer escola, mas sim, uma escola que ofereça segurança e conforto, que é um direito deles; a alimentação saudável é um direito deles, um transporte seguro é um direito deles, enfim, uma educação escolar como direito e não como esmola é, respeitar essas pessoas como elas merecem.

Diante da realidade de exclusão social das pessoas da comunidade investigada, a estrutura física da escola é um dos problemas que essa comunidade enfrenta durante algum tempo, a figura 5 (cinco) mostra a sala de aula disponibilizada para a comunidade no ano de 2017. Como podemos observar é uma estrutura bastante precária, que, não oferece o mínimo de conforto para alunos e professor, em relação a mobília que existe é bem resumida e de péssima condição.

Figura 5 Espaço anexo. Escola multisseriada espaço cedido da cozinha da comunidade.



Fonte: a pesquisadora (2017)

No convívio com sujeitos investigados, o problema não é o fato de o prédio ser feito de madeira, mas, o espaço em si, a qualidade do material usado na estrutura, a organização do espaço. Ou seja, a estrutura física da escola é improvisada, como se a educação escolar ofertada para os alunos da comunidade, não está sendo considerada como um direito constitucional pelos órgãos responsáveis na oferta desse serviço público. Entretanto:

Art. 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturas adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. (BRASIL, 2012, p.55)

Para compararmos a realidade da comunidade pesquisada com o teor expresso acima, vamos analisar as falas dos sujeitos investigados, eles expressam as seguintes opiniões em relação às condições da escola da comunidade (2018, pesquisa de campo):

aprenderem, mas que o local não supre a necessidade do que é, ... como a gente espera né, tanto pras crianças, próprio professor, o espaço pro professor, ele precisa também ter, tanto quanto a sua moradia que ele não tem,[...]”

Os depoimentos dos sujeitos da pesquisa são claros em relação a escola, segundo eles, podemos entender que a escola é um espaço totalmente improvisado e, mesmo eles não conseguindo fazer suas próprias defesas, eles percebem que existe algo muito errado, e isso não pode ser desvinculado da vida social dessas pessoas, que para Caldart (2008, p.152):

O movimento por uma educação do campo vincula a luta por uma educação como um conjunto das lutas pela transformação das condições sociais de vida no campo; [...] discutimos a educação vinculada aos processos sociais de formação dos sujeitos do campo porque aprendemos na prática que não há como educar verdadeiramente o povo do campo sem transformar as condições atuais de sua desumanização; e também já compreendemos que é na própria luta por estas transformações que o processo de humanização é retomado.

É necessário refletir como a Educação do Campo está sendo ofertada, se os aspectos necessários para sua concretização de fato ocorrem, entretanto, entendendo que a vida social das pessoas do campo é importante ser respeitada. E que não há como os sujeitos pertencentes ao campo, não serem ouvidos e compreendidos em suas demandas, pois, a educação escolar é um dos elementos importantes no processo de transformação da realidade social, e não é algo isolado.

3.5 A QUESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

O Decreto N° 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010, destaca que:

§ 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

Um dos elementos enfatizado no Decreto N° 7.352 (2010), é justamente a questão do transporte escolar, esse elemento é considerado como condição importante no conjunto dos princípios para a concretização da Educação do Campo. E é uma questão bem polêmica em nosso município, sobretudo, na zona rural, na figura 6 (seis), logo abaixo, podemos observar a estrutura física do transporte escolar da comunidade investigada.

Figura 6 Transporte escolar (denominada de bajara)



Fonte: a pesquisadora (2018)

A figura 6 (seis) foi ampliada para conseguirmos ver o transporte escolar da comunidade investigada, como sabemos, no Amazonas as estradas são os rios, por isso, os transportes utilizados por nós são na maioria são de características fluvial para o deslocamento para outras cidades. Essa imagem mostra o transporte escolar dos alunos, que é mantido pela Secretaria de Municipal de Educação-SEMED/Parintins.

Como podemos observar, é uma embarcação de pequeno porte, com uma estrutura física bem precária, desconfortável, não apresenta condições de segurança. Mas, esse é o transporte oferecido como transporte escolar, para que melhor possamos compreender essa situação, vamos observar e refletir as falas dos sujeitos da pesquisa, que expressam suas opiniões a respeito do assunto (2018, pesquisa de campo):

Entrevistado “A”: “[...]o transporte escolar é, todo tempo é a mesma coisa, aquele mesmo transporte e se tivesse melhores condições, seria melhor ainda, uma embarcação maior, para melhoria, conforto das crianças, mesmo sendo essa pequena porte, mas serve pra eles, eles vem mais animados, mais alegres. [...]”

Entrevistado “B”: “[...]é um transporte de qualidade também, porque você sabe que, é muitas vezes, a gente tem assim medo de que nossos filhos pegarem um temporal, e a...um bajarinha que transporta ir pro fundo e tudo mais, mas, é como eu disse anteriormente, a gente se conforma com o que tem, porque é preciso né, mas mudar, precisa muito de muita mudança [...]”

Entrevistado “D”: “[...]na verdade eu não acho muita segurança dessa, dessa que é uma bajara pequena, e... apesar de os meus filhos não serem transportado, pela, pela, pelo transporte, mas vejo através de outras crianças né, que precisam desse meio de transporte ai da escola ai, eu acho muito assim, não tem banheiro, não tem proteção, bem dizer né, a bajara pequena e, mas, ver que pode ser que melhore né para as outras crianças irem pra escola [...]”

Entrevistado “E” (coordenador da comunidade): “[...]bom o transpor escolar assim vendo, porque é uma localidade onde apresenta riscos devido as, os ventos, é os temporais que se formam nos curtos períodos, mas assim, não, não é muito bom, porque a embarcação é pequena, fora que cola em risco a vida das crianças e até mesmo das pessoas que andam dentro da embarcação, porque não é uma, um barco é uma bajara, uma embarcação pequena. [...]”

Como podemos observar nas falas dos sujeitos, a questão do transporte escolar da comunidade investigada não supre as condições necessária que os alunos precisam, mas, é sim, uma preocupação para os pais, pois, o conforto, a segurança não existe. Portanto, entendemos que os serviços educacionais públicos para essa população é ausente daquilo que preconizam nossos dispositivos legais vigentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as opiniões dos sujeitos é possível entender que realidade educacional da comunidade é aventureira, que a educação escolar como serviço público ofertado para essa população é precária, onde concluímos que, os elementos que formam o conjunto desses serviços são incoerentes com aquilo que a lei recomenda.

E que, nos dias atuais é bastante perceptível que o direito educacional acontece de forma insuficiente para muitas pessoas, sobretudo, quando a questão é Educação do Campo, pois, esbarramos na deficiência da qualidade, no não acesso aos espaços escolares, sucateamento das nossas escolas, entre outros problemas, que, impedem que esse serviço ocorra, ou, aconteça com o mínimo de decência.

Assim sendo, a experiência desse trabalho a partir das afirmações dos sujeitos, esperamos contribuir com:

- ✓ Os avanços de estudos e de discussões sobre a Educação do Campo no Amazonas a partir da realidade das comunidades ribeirinhas;
- ✓ As discussões sobre as políticas públicas educacionais para a Educação do Campo, diante das situações reais do serviço público educacional ofertado para a população do campo, comprometida com esses sujeitos;
- ✓ Reflexões sobre o compromisso da Educação do Campo com formação de sujeitos conscientes de seu papel na construção da história, e se seus direitos e deveres de cidadão;
- ✓ Reflexões sobre a formação de professores do campo, que tenha como referência o modo de vida do campo, e não da zona urbana.

Portanto, essa situação o nos faz refletir, ou deveria, a respeito dos direitos básicos para a vida em sociedade, que, os cidadãos do campo estão tendo acesso e, sobretudo, o fato de essas pessoas não desfrutarem daquilo que lhe é de direito, como nos garantem as leis vigentes, confirmando assim, a desigualdade e exclusão social.

Dessa forma, asseguramos, a obtenção do desígnio desta pesquisa, que, buscou descrever e analisar a realidade do serviço público educacional de Educação do Campo no município de Parintins/AM, a partir das experiências vivenciadas e de informação dos sujeitos investigados do campo.

Confirma-se assim, a reivindicação por uma política pública educacional para a Educação do Campo, que, atenda os direitos, e as peculiaridades dos sujeitos do campo que compõem a disparidade do contexto amazônico. Apontando para a necessidade de um currículo de Educação do Campo, que, valorize a importância das comunidades ribeirinhas e de seus conhecimentos na constituição da identidade Amazonense.

Portanto, sabemos que a educação escolar é um direito de todas as pessoas, expresso nos dispositivos legais brasileiros vigentes como, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 e a Constituição Federal de 1988, por exemplo, que, garantem o direito educacional dos cidadãos, independentemente, de cor, raça, religião, orientação sexual, etnia, gênero, condição financeira, localidade geográfica, cultura etc., assim sendo, não pode continuar sendo negligenciado.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/1996. Brasília: 2011.
- BRASIL (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Brasília: SECADI, 2012.
- DICIONÁRIO AURÉLIO. **Precário**. Disponível em <https://www.dicio.com.br>. Acesso em 12 de dezembro de 2018.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HAGE, Salomão Mufarrej (org). **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutenberg Ltda, 2005.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. 3. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. 4. A análise de dados e algumas questões relacionadas á objetividade e á validade nas abordagens qualitativas. In: **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Epu, 1986.
- MALAGODI, Edgard. **O que é materialismo dialético**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira. **Educação do Campo no Amazonas: histórias e diálogos com as territorialidades das águas, das terras e das florestas**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém: 2017.
- FONTE:
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 15287**: Informação e documentação — Projeto de pesquisa — Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005